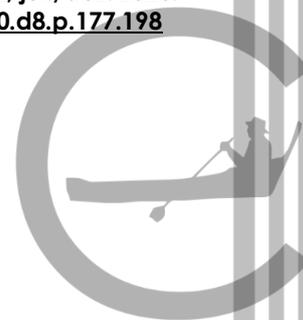


A “FERROVIA DE LABRE” E A CONSOLIDAÇÃO DA ÚLTIMA FRONTEIRA

THE “LABRE’S RAILWAY” AND THE CONSOLIDATION OF THE LAST FRONTIER



Rogério Sávio Link¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o projeto colonizador de Antonio Rodrigues Pereira Labre para o Complexo do Madeira e para a última fronteira brasileira entre Brasil e Bolívia. Labre fundou uma cidade que recebeu seu nome nas margens do Purus e se empenhou para empreender o projeto de construção de uma ferrovia ligando sua povoação à Bolívia e ao Alto Rio Madeira em detrimento da proposta de margear o Rio Madeira. Seguindo seus objetivos, em suas viagens exploratórias, ele também se empenhou pela descrição da região e dos povos indígenas. As fontes para a análise são basicamente quatro escritos do próprio Labre. Além desses, este estudo também utiliza relatórios de outros exploradores e produções de etnógrafos e missionários contemporâneos. Dessa forma, pretende contribuir com a compreensão da história regional do Complexo do Madeira que, por sua vez, está vinculada à história do Purus e da colonização e demarcação da última fronteira brasileira.

Palavras-chave: Antonio Rodrigues Pereira Labre; Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; Rio Purus; Amazônia; Povos Indígenas.

Abstract

This article aims to discuss the Antônio Rodrigues Pereira Labre colonization project for the Madeira River Complex and the last Brazilian border between Brazil and Bolivia. Labre has founded a town that takes its name on the banks of the Purus River and endeavored to undertake the project of building a railway linking its settlement to Bolivia and the Upper Madeira River, instead of the proposal of a railroad bordering the Madeira River. Following his objectives, in his exploratory trips, he also endeavored to describe the region and the indigenous peoples. The sources for the analysis are basically four writings by Labre himself. In addition, this article also uses reports from other explorers and observations from contemporary ethnographers and missionaries. Thus, this paper aims to contribute with understanding of the regional history of the Madeira River Complex, which is linked to the history of Purus River as well as the last Brazilian frontier colonization and demarcation

Keywords: Antonio Rodrigues Pereira Labre; Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; Rio Purus; Amazônia; Povos Indígenas.

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Teologia pela Faculdades EST (2008). Doutor em História pela UFRGS (2016). Pós-doutor em História Indígena pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).



Introdução

No período contemporâneo, a história do Complexo do Madeira está vinculada intrinsecamente à formação da última fronteira brasileira com a Bolívia e com o Peru. Ainda no período colonial, a administração da Coroa Portuguesa resolveu demarcar os limites de sua fronteira com a construção de fortificações. No Vale do Madeira, uma primeira construção foi o Forte de Bragança, construído nas margens do Rio Guaporé, e destruído por uma enchente em 1771. Em seu lugar, foi construído o Forte Príncipe da Beira. Sua construção foi iniciada em 1776 e concluída em 1783².

Naquele contexto, os limites da fronteira entre as possessões portuguesa e espanhola haviam sido fixados pelo Tratado de Madri, em 1750, e ratificado pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Em 1867, durante o período Imperial, o Brasil assinou um tratado de fronteira com a Bolívia, reconhecendo os limites fronteiriços entre as duas nações³. Os limites da fronteira seguiam o trajeto natural do Rio Madeira e seus formadores, ou seja, Mamoré e Guaporé preestabelecidos pelos tratados anteriores. No entanto, é observado que o Oeste, à fronteira seca, só seria definitivamente demarcada no período republicano com a incorporação do Acre ao território nacional brasileiro, reconhecido pelo Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903.

Com efeito, Brasil e Bolívia assinaram o tratado para pôr fim às disputas armadas que estavam ocorrendo na região entre seringalistas brasileiros e representantes do Estado Boliviano. A diplomacia brasileira, reconhecendo o estado de beligerância, iniciou conversações com a Bolívia com o objetivo de adquirir por compra o território do Acre⁴. A Bolívia, por sua vez, não conseguindo manter o controle sobre a região e necessitando de uma saída para o Atlântico para escoar sua produção, resolveu aceitar os termos do acordo.

Nesse tratado, estabeleceu-se que o Brasil pagaria 2 milhões de libras esterlinas para a Bolívia, construiria a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e entregaria uma faixa de terra à Bolívia. Em troca, receberia o território que compõe hoje a área do Acre. Além disso, o Brasil ainda indenizou a *Bolivian Syndicate* – uma empresa mista

² MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 173, 178s.

³ LISBOA, Pedro. L. B. *Rondônia: colonização e floresta*. Brasília: CNPq/AED, 1989. p. 19.

GONÇALVES, Marco Antonio (Ed.). *Acre: História e etnologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. p. 13s.

⁴ COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto ocidental: Subsídios para a história do Território do Acre*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 95s.



angloamericana que tinha arrendado as terras acreanas em 1901 – no valor de 110 mil libras esterlinas pela rescisão do contrato de arrendamento⁵. No ano seguinte ao tratado, o Território Federal do Acre foi criado oficialmente e comissões mistas de demarcação foram estabelecidas com a Bolívia e com o Peru.

Embora o acordo tenha envolvido várias questões, o objeto principal do tratado foi, sem dúvida, a ferrovia. A construção de uma que superasse as cachoeiras e corredeiras do Madeira, possibilitando a navegação e o comércio pelos principais afluentes do Bacia do Madeira (Beni, Madre de Dios, Mamoré e Guaporé), já era demanda antiga tanto por parte do Brasil quanto da Bolívia; tanto que em 1866, pressionado por seus vizinhos, o Império abriu o Rio Amazonas para a navegação internacional. Em decorrência, o Peru inaugurou o porto de Iquitos e a Bolívia começou a aproveitar a rota do Rio Madeira⁶.

Em 1872 e 1878, é observado que foram realizadas as primeiras tentativas malogradas de construção de uma ferrovia no Rio Madeira. A construção da EFMM como indenização pela aquisição do território do Acre, nesse sentido, trouxe os aportes monetários necessários para tal empreendimento. O que nem todo mundo sabe é que, durante o processo de ocupação da Amazônia Ocidental pelos empreendimentos seringalistas, outras propostas para franquear a navegação ao Alto Madeira ao Território Boliviano também estiveram em jogo. Aqui trataremos especialmente de uma proposta defendida pelo Coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre (1827-1899), ainda durante o Período Imperial de construção de uma ferrovia que tinha o objetivo de ligar a Bolívia ao Médio Rio Purus. Nesse ínterim, a navegação a vapor no Purus, em contraste com o a navegação do Rio Madeira, começou a ser operada regularmente a partir de 1869⁷.

Ao que se refere ao coronel Labre, como é mais conhecido – ou simplesmente Labre, é um personagem de grande influência na colonização do Rio Purus. Conforme definição de Oliveira Filho⁸, Labre pode ser tomado como um agente capaz de produzir “certa ordem política por meio da imposição de interesses, valores e padrões organizativos aos outros componentes da cena política”. A povoação de Labria, atual cidade de Lábrea, logo abaixo da boca do Rio Ituxi, foi fundada por ele em 1871 e

⁵ BRASIL E BOLÍVIA. *Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903*. Petrópolis: [s.n.]. 1903. HEMMING, John. *Fronteiras Amazônicas: a derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: USP, 2009 [1978]. p. 350.

⁶ LOUREIRO, Antônio José Souto. *O Amazonas na época imperial*. Manaus: T. Loureiro, 1989. p. 150-153.

⁷ EHRENREICH, Paul. Viagem nos rios Amazonas e Purús. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. XVI, p. 277-312, 1929. p. 292.

⁸ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, Jan./Abr. 2012. p. 18.



batizada com seu nome numa forma de auto-homenagem. O coronel teria chegado ao Purus por intermédio de um dos filhos de Manuel Urbano, que o conduziu para a região⁹. De autoria de Labre, existe um relato de notícias do Rio Purus¹⁰ um livreto que relata o “Itinerário de exploração do Amazonas à Bolívia”¹¹, um relato de uma exploração desde o Rio Madre de Deus até o Rio Acre¹² e um outro de exploração do Rio Ituxy¹³.

O primeiro, publicado em 1872, foi escrito como um panfleto com claras intenções de atrair imigrantes para sua colônia, em pleno território apurinã. Nisso, a descrição dos índios da região, portanto, está permeada por seus próprios interesses econômicos em jogo. Seu interesse não é descrever os indígenas, mas de atrair imigrantes e, dessa forma, utilizando-se de sua imaginação e dados dispersos, mistura informações culturais e linguísticas de diferentes grupos para apresentar um índio genérico. De tal modo, suas informações a respeito dos povos indígenas do Purus devem ser relativizadas mais do que as informações de outros viajantes. Além disso, como ele mesmo observa, sua principal fonte é Willian Chandless¹⁴, um geógrafo inglês que realizou viagem exploratória no Amazonas na década de 1860, mapeando os rios, descrevendo a geografia, a fauna, a flora e os habitantes. Em 1866, fez uma viagem exploratória ao Rio Purus e ao Rio Acre, observou nela as populações.

O livreto de Labre, de 1887, relata a viagem exploratória realizada, naquele mesmo ano, ao Rio Madeira e de lá à Bolívia. Nela, explorou o potencial de navegação e de comércio da região.

Já os dois últimos foram conferências proferidas perante a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, da qual fora membro associado, em que relatou suas expedições ao Rio Ituxy e sua viagem exploratória à Bolívia. Em síntese, tanto o livreto quanto as exposições perante a Sociedade Geográfica, desvelam que a intenção primordial de Labre foi investigar o potencial econômico da região para alavancar sua colônia na região. Dessa

⁹ CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. Acreania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 240, p. 3-83, 1958. p. 44.

¹⁰ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus: Notícias*. Maranhão: Tipografia do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872.

¹¹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*. Belém: Typ. d’ “A Provincia do Pará”, 1887.

¹² LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2º Boletim, p. 102-116, 1888a.

¹³ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Exploração do Rio Ituxy. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2º Boletim, p. 117-120, 1988b.

¹⁴ CHANDLESS, Willian. Ascent of the River Purús. *Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 36, p. 86-118, 1866a. CHANDLESS, Willian. Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the River Purús. *Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 36, p. 119-128, 1866b.



forma, procurou defender a abertura de uma estrada de ferro que ligasse as bacias do Rio Madeira e do Rio Purus, tendo como eixo central o povoado fundado por ele. Defendia nisso, assim, que o empreendimento da estrada de ferro Madeira-Mamoré não deveria ser levado adiante e em seu lugar se fizesse uma estrada ligando Lábrea ao Rio Beni e ao Alto Rio Madeira, como também para o outro braço, que ligasse assim Lábrea ao Médio Rio Madeira¹⁵. É nesse mesmo sentido que ele procurou abrir uma ligação entre o Purus e o Madeira através dos “Campos Gerais do Puciari”¹⁶.

Em outras palavras, observamos nisso que o relato da exploração do trajeto entre o Rio Madre de Deus e o Rio Acre foi um importante documento no qual Labre narrou o encontro e a parceria que obteve de diversos povos dessa região. Por sua vez, na exploração do Rio Ituxi, ele trouxe algumas informações mais relevantes para a história dos povos indígenas da região do Médio Rio Purus. Dessa forma, aproveitamos também para apresentar e fazer a crítica às observações dele sobre os povos indígenas da região, a fim de encontrar pistas sobre a agência histórica daqueles povos.

As principais fontes contemporâneas de Labre sobre a região do Purus e provêm de exploradores e viajantes como João Henrique de Matos¹⁷, João Wilkens de Mattos¹⁸, Serafim da Silva Salgado¹⁹, João Martins da Silva Coutinho²⁰, Willian Chandless²¹,

¹⁵ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*, p. 103s.

¹⁶ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*.

¹⁷ MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 325, p. 143-180, Out.-Dez 1979 [1845].

¹⁸ MATTOS, João Wilkens de. Alguns esclarecimentos sobre as missões da província do Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. XIX, n. 21, p. 124-131, 1856 [1855].

¹⁹ SALGADO, Serafim da Silva. *Relatório sobre a exploração do Rio Purus*. Fala dirigida a assembleia legislativa da província do Amazonas, no dia 1º de outubro de 1853 pelo presidente da província, o conselheiro Herculano Ferreira Pena. Barra do Rio Negro: Tipografia de M. 1853.

²⁰ COUTINHO, João Martins da Silva. Account of Manuel Urbanos ascent of the Mucuim and Ituxy, tributaries of the Purús. In: CHANDLESS, Willian. Notes on the River Aquiry, the principal. *Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 36, p. 126-128, 1866 [1865]. COUTINHO, João Martins da Silva. Relação dos lagos, rios, barreiras, casas e rochedos, que se encontram no Purus, da foz às barreiras de Jutanaham, segundo a ordem de subida. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. *O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre*. Brasília: [s.n.], 2009a [1863]. p. 203-243. COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório a Manuel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da Província do Amazonas, informando sobre a viagem de exploração do Rio Purus, desde sua foz até as barreiras de Hiutanahã. Manaus, 8 de abril de 1862. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. *O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre*. Brasília: [s.n.], 2009b [1862]. p. 179-200. COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório a Manuel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da Província do Amazonas, informando sobre o Rio Purus. Manaus, 08 de abril de 1862 (Ofício). In: BRASIL-FEDERAL-SENANDO. *O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre*. Brasília: [s.n.], 2009c [1862]. p. 247-249. COUTINHO, João Martins da Silva. Considerações gerais sobre os rios que descem da cordilheira dos Andes nas proximidades de Cuzco, cachoeiras do Purus e Juruá. 1º de março de 1863. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. *O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre*. Brasília: [s.n.], 2009d [1863]. p. 253-299.

²¹ CHANDLESS, Willian. *Ascent of the River Purús*; CHANDLESS, Willian. *Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the River Purús*.



Gustav Wallis²² e Manoel Urbano da Encarnação²³. Além desses, podem ser arrolados ainda Paul Ehrenreich²⁴ e Joseph Beal Steere²⁵. Estes dois últimos escritores diferem das demais fontes por serem de cunho etnográficas e porque seus escritos são dos últimos anos de vida de Labre e ou mesmo posteriores. Portanto, não possuem influência sobre os escritos de Labre. Destaco apenas que Labre conheceu pessoalmente Ehrenreich, isto é, quando este etnógrafo chegou ao povoado de Labrea no dia 25 de dezembro de 1888, permanecendo no Purus durante os primeiros meses de 1889²⁶.

Os relatos de Labre diferenciam-se de todas essas fontes por terem sido escritos desde o ponto de vista de um colonizador que tem seus interesses econômicos envolvidos. Além de Labre, Manuel Urbano também é um colonizador da região. Suas informações etnográficas vão muito além do que está registrado em seu escrito, pois ele é um explorador afrobrasileiro a mando do governo provincial, e se estabelece no Purus desbravando os rios e igarapés, mantendo relações com vários povos indígenas da região. Dessa forma, Manuel Urbano é constantemente citado como fonte de informação pelos demais exploradores e etnógrafos, como também pelo Coronel Labre. Para uma crítica mais detalhada sobre essas expedições exploratórias e etnográficas, indico meus trabalhos anteriores²⁷. Já para uma biografia de Labre, indico a obra de Hério Rocha²⁸.

²² WALLIS, G. *Die Paumarys*. Stuttgart: Das Ausland, v. 59, 1886.

²³ URBANO DA ENCARNAÇÃO, M. Carta sobre costumes e crenças dos índios do Purús, dirigida a D. S. Ferreira Penna. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém do Pará, v. 3, n. 1, p. 94-97, 1902.

²⁴ EHRENREICH, Paul. *Beiträge zur völkerkunde Brasiliens*. Berlin: Verlag von W. Spemann, 1891a. EHRENREICH, Paul. Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stand unsrer Kenntnisse. *Petermanns Mitteilungen*, v. 37, p. 81-89, 114-124, 1891b. EHRENREICH, Paul. *Ethnographische Karte von Brasilien*. Gotha: Justus Perthes, 1891c. EHRENREICH, Paul. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. (Traduzido do original alemão por João Capistrano de Abreu). *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1º Boletim, p. 3-55, 1892. EHRENREICH, Paul. *Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: Vokabulare von Purus Stämmen*. Zeitschrift für Ethnologie, Berlin, p. 59-71, 1897. EHRENREICH, Paul. A ethnographia da America do Sul ao começar o século XX. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, São Paulo, v. XI, p. 280-305, 1906. EHRENREICH, Paul. Contribuições para a etnologia do Brasil, parte 2: sobre alguns povos do Purus. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 17-13, 1948 [1891a]. EHRENREICH, Paul. Viagem nos rios Amazonas e Purús. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. XVI, p. 277-312, 1929.

²⁵ STEERE, Joseph Beal. Narrative of a visit to Indian tribes of the Purus River, Brazil. *Report of the United States National Museum for 1901*, Washington, p. 359-393, 1903. STEERE, Joseph Beal. Tribos do Purus. *Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 11, n. 1 e 2, p. 64-78, 212-222, 1949 [1903].

²⁶ EHRENREICH, Paul. *Viagem nos rios Amazonas e Purús*, p. 280, 288, 297.

²⁷ LINK, Rogério Sávio. *Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado*. Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS, 2016. LINK, Rogério Sávio. Os Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 19, n. 33, p. 11-42, Jul. - Dez 2017.

²⁸ ROCHA, Hélio. *Coronel Labre*. São Carlos: Editora Scienza, 2018.



O relato de notícias sobre o Purus: um panfleto para atrair imigrantes

Mesmo tendo relativizado e colocado o “relato de notícias sobre o Purus” do Coronel Labre²⁹ como um escrito de segunda mão – portanto de menor importância como fonte sobre os índios do Purus –, é importante apontar as representações que tece acerca dos povos indígenas da região, pois ele é um dos principais colonizadores e suas observações reproduzem e estruturam representações a respeito dos povos indígenas da região. Nesse sentido, suas observações podem ajudar a compreender como os colonizadores imaginavam e construíam as relações com os indígenas. Para informações geográficas e etnográficas mais científicas, em seu livro-panfleto, Labre remete aos escritos de Chandless, pois seu escrito é “destinado ao povo”, para aquelas pessoas que pretendem se estabelecer no Purus, de preferência em sua recém criada colônia.

Em seu intento de fazer propaganda, Labre parece dividir-se entre a generalização e a especificação de informações sobre os indígenas do Purus; como quando diz que a poligamia seria um direito do chefe, ou seja, os indígenas costumam retribuir a dádiva com dádiva, oferecem suas mulheres para os estrangeiros. Ademais, quando relativiza o poder do chefe ou mesmo quando afirma que os indígenas seriam pacíficos, apesar de sua maledicência e desconfiança³⁰. Assim, ao mesmo tempo em que desqualifica os indígenas, transforma-os em objetos de curiosidade e desejo. Nesse sentido, a imagem do Éden é evocada como uma forma de atração pela abundância e pelo desejo carnal.

Este paiz é sem duvida um novo mundo, onde se acha a raça do pae Adão por aqui dispersa, e ainda com os mesmo hábitos (sic) e costumes do velho papá, pois ainda não foram expulsos do seu paraíso (sic); não conhecerão ainda a nudez, em que vivem; o seu edem é bem fornecido de frutos e animaes, por isso não têm necessidade do trabalho e do invento.³¹

Convém esclarecer ainda que nesse cenário, o trabalho da Igreja e do Estado é evocado para cristianizar e civilizar os indígenas. A Igreja, ao se estabelecer, garantiria o sucesso do projeto colonizador de Labre e o Estado, ou poderia legalizar a exploração da mão de obra, ou limpar a área para que as terras pudessem ser ocupadas. É assim que Labre, evocando a representação negativa da antropofagia, apresenta sua proposta.

²⁹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*.

³⁰ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p 16ss.

³¹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 14s.



Este nefasto costume é que os conserva na maldade, selvageria, e embrutecimento; convinha pois que o governo envidasse todos os esforços para arranca-los desta degradação, colonizando-os. Poderiam prestar valiosos serviços à lavoura, e serem cedidos a particulares, que os quizessem por contractos, mediante algumas vantagens. Para o bom resultado seria mui conveniente transporta-los insensivelmente para centros colonizadores, em outras províncias; no fim de três gerações estariam os seus descendentes civilizados, na lavoura, e o Estado teria homens úteis e aproveitáveis.³²

Dessa forma, disputando as terras e a mão de obra dos indígenas, Labre constrói sua proposta quase que desconstruindo o ideal paternalista de Silva Coutinho – geógrafo brasileiro pioneiro no Amazonas que participou de uma expedição científica promovida pelo Instituto Histórico, em 1862, pois em seus escritos sobressaem-se os elementos negativos. Ou, como também observou Juliana Schiel: “a perversidade, no discurso de Labre, parece equivaler ao que, para Silva Coutinho, era ignorância, mas em ambos os casos eram defeitos que podiam ser curados. No caso de Labre, entretanto, o trabalho servil seria mais do que um método de civilização, um fim em si mesmo”³³.

No entanto, Labre se prima por abordar genericamente os indígenas, vinculando os dados que oferece com seu projeto colonizador, como também reproduz algumas informações mais específicas das quais podemos observar os interesses e estratégias próprias dos indígenas. Desse modo, ele nos traz a informação de que muitos indígenas estariam envolvidos com o corte de seringa, com a coleta de salsaparrilha, de óleos vegetais e animais, de cacau e demais produtos. Em troca, eles requisitariam ferramentas, anzóis, ponta de flechas, cachaça e miçangas. Labre³⁴ também reafirma que os indígenas usariam roupa na presença dos não-indígenas. Apesar de também ser de segunda e terceira mão, sua observação sobre o rito funerário Apurinã é mais detalhada que as outras versões, ao mesmo tempo em que afirma que os Apurinã praticariam o endocanibalismo.

Alguns destes selvagens (Ipurinãs do Sipatiny) comem o pai, mãe e outros parentes, quando morrem; separam dos ossos toda carne, que comem, e juntos os ossos enterram com as práticas e horas devidas. Em geral, depois de dois ou mais annos costumão exhumar os corpos dos pais ou mães; tirada a caveira, cobrem de novo a sepultura. A caveira é lavada, seccada, e pintada de urucu, ou outra tinta vermelha; fazem-lhe à noite, durante uma semana, horas fúnebres com adorações; dançando

³² LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 25.

³³ SCHIEL, Juliana. *Entre patrões e civilizadores: Os Apurinã e a política indigenista no Médio Rio Purus na primeira metade do século XX*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1999. p. 36.

³⁴ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 22.



levantam cantorias tristes em roda ou presença do objecto adorado, fazendo despedidas, e, findas estas praticas, enterram de novo em outro lugar a caveira, cumpridas as práticas funerárias do costume; e, feita esta última despedida, nunca mais revolvem o depósito do morto.³⁵

Ao final de seu livro-panfleto, Labre traz uma relação dos povos indígenas do Purus juntamente com algumas informações acerca de cada grupo. Sobre os Paumari, diz que antigamente habitariam o Baixo Purus, que falam o português e a língua geral e que sofreriam com problema de pele. Sobre os Juberi, esclarece que possuiriam os mesmos hábitos e costumes dos Paumari, como também sofreriam com as pintas na pele, mas que sua língua seria um pouco diferente. Sobre os Jamamadi, limita-se a dizer que evitariam o contato³⁶. Atenção especial é dada aos Apurinã, pois eram os mais numerosos e poderiam representar problema para o projeto de Labre.

Habitam desde o médio até o alto Purús, são mui numerosos, e de índole perversa, e más instintos; são verdadeiros antropófagos; entregam-se exclusivamente aos negócios e práticas da guerra, pilhagem e assassinato. Vivem em diferentes tribus espalhadas em grande extensão do Purús, e seus afluentes (...). Apesar da sua malvadez não atacam a gente civilizada, a quem procuram fallar; matam porém traiçoeiramente para roubar, e comer os mortos. Fazem muito pouco commercio em troca de salsa, seringa, e óleo, que já vão aprendendo a colher com a gente civilizada.³⁷

Ao mesmo tempo em que Labre os descreve como maus e antropófagos que se entregariam “exclusivamente” à pilhagem, ao assassinato e à guerra, ele também reconhece que eles não atacavam “a gente civilizada”, isto é, os não-indígenas. Mesmo assim a ambiguidade continuava, pois matavam traiçoeiramente, faziam comércio e conviviam e aprendiam com os não-indígenas.

Em outras palavras, a ambiguidade pode estar fazendo referência aos Apurinã, mas também deve ser lida como uma exigência do próprio projeto colonialista de Labre. Ele não pode assustar seus pretendentes a colonos, mas também não pode se dar ao luxo de minimizar o que uma possível resistência indígena poderia significar para seu projeto. Assim, ele pretende tanto atrair a atenção e o interesse de particulares, quanto da Igreja e do Estado. Assim, os particulares seriam os possíveis imigrantes nordestinos; a Igreja, o

³⁵ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 21.

³⁶ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 27s.

³⁷ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 29.



aliado no estabelecimento de estruturas permanentes; e o Estado seu principal parceiro do qual conseguiria concessões especiais, como o usufruto da terra e da mão de obra indígena.

No processo de classificação das populações indígenas do Purus, além dos povos sobre os quais tece comentários, Labre³⁸ ainda registra alguns nomes que eram utilizados para identificar alguns supostos povos indígenas no Purus. Esses nomes podem, na verdade, estar fazendo referência as diferenciações internas de um mesmo povo ou a etnônimos dados por um povo a outro. Nesse contexto, dos dezesseis etnônimos listados, pelo menos seis dizem respeito aos Apurinã, a saber: Auainamary (*Wainamary*, sucuri), Cujigenery (*Kuxikenry*, ?), Cigananery (*Xikānanyry*, povo do tucano), Xiapuriniry (*Xuapurinyry*, um dos dois clãs Apurinã), Miriximandy (*Miritimāty*, povo do caititu ou um dos dois clãs Apurinã), Ximaniry (*Ximānyry*, povo do peixe). Em apurinã, o termo *niry* (ou *nyry*) pode ser traduzido por pai. Como um sufixo, é utilizado para designar um grupo ou povo que possui relações de parentesco entre si. Esses etnônimos registram, portanto, o ponto de vista do povo Apurinã sobre si mesmo e sobre outros grupos indígenas com os quais mantinham alguma relação. Em suma, eles fazem referência às subdivisões familiares e aos clãs Xuapurinyry e Miutymānety. Essas informações mais detalhadas sobre os etnônimos, além de Chandless, Labre provavelmente recolheu de Manuel Urbano e dos filhos desse que conviviam com os Apurinã.

Portanto, para garantir o sucesso de seu empreendimento, Labre fomenta a presença da Igreja que poderia auxiliar na estruturação de seu povoado e na atração e conversão dos indígenas que serviriam de mão de obra. Nesse sentido, chama atenção a presença de missionários protestantes anglicanos no Purus, entre os anos de 1872 e 1883, mesmo durante um período no qual o catolicismo era a religião oficial do Estado.

Segundo, Robert Stewart Clough³⁹, que fora contratado por um comitê estabelecido pela *South American Missionary Society* (SAMS) para procurar um lugar para estabelecer um projeto missionário na Amazônia, o próprio Labre seria fundamental para que os protestantes se estabelecessem no Purus. No relato de Clough, o Rio Purus ganhou destaque em seu relato porque, quando o vapor no qual viajava parou para abastecimento em Óbidos, ainda no Pará, ele encontrou ali o Coronel Labre - que teria recentemente fundado um assentamento na margem direita do Rio Purus. Os dois

³⁸ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*, p. 30.

³⁹ CLOUGH, Robert Stewart. *The Amazons: Diary of a twelvemonth's journey on a mission of inquiry up the River Amazon for the South American Missionary Society*. London: SAMS, 1873.



seguiram juntos no mesmo vapor até Manaus. As longas horas de conversa deixaram uma boa impressão em Clough e ele fez questão de registrar as credenciais de Labre o que, sem dúvida, somaria na decisão a respeito do local onde estabelecer a futura missão.

Ele falava inglês e francês com facilidade e exatidão, tinha viajado bastante pela Europa, pela América do Norte e pela América do Sul; tinha lido quase tudo escrito em inglês sobre o seu próprio país, em particular a Amazônia, e falou de uma forma gratificante a respeito do relato do Sr. Chandler [Chandless] sobre o Purus em 1864-5.⁴⁰ (Tradução livre)

Labre também lhe deu uma cópia de seu escrito panfletário recém publicado, no qual faz registro de suas observações no Purus. Além disso, fez-lhe um convite para ir até Lábrea e a promessa de assistência em uma expedição exploratória. Para uma história mais completa desse empreendimento missionário protestante no Purus, consultar minha Tese de Doutorado⁴¹.

Sobre os missionários católicos, Gunter Kroemer⁴² traz a informação de que os freis Venâncio Zilocchi e Matteo Canioni teriam, em 1877, fundado uma missão entre os Jamamadi do Mamoriá-Mirim, denominada “A missão da Imaculada Conceição no Rio Purus”. Essa missão parece que não chegou a ser efetivada, pois no ano seguinte, Kroemer diz que o frei Canioni teria sido enviado para o Mucuím, mas por motivos de saúde logo se retirou.

Mais tarde, teria voltado para tentar o Sepatini, depois novamente no Mamoriá-Mirim. Não conseguindo descer os índios, por conselho de Labre, em 1879, Canioni e outro padre de nome Villa teriam ido ao Ituxi, onde fundaram a missão “Nossa Senhora do Rio Ituxi”, na qual tiveram algum sucesso em congregar alguns Apurinã. Kroemer diz que além dos dois padres, a missão contava com dois leigos e com uma mulher cearense. Por problemas de saúde, o padre Villa e, posteriormente, o frei Canioni tiveram que abandonar a missão. Assim, a missão fundada em 1879 foi abandonada em 1881.

⁴⁰ CLOUGH, Robert Stewart. *The Amazons*, p. 111s.

⁴¹ LINK, Rogério Sávio. *Vivendo entre mundos*, p. 83-165.

⁴² KROEMER, Gunter. *Cuxiara, o Purus dos indígenas*: Ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do Médio Purus. São Paulo: Loyola, 1985. p. 71-75.



Viagens exploratórias: um projeto político de colonização

Se o “relato de notícias sobre o Purus”, produzido como um panfleto com claras intenções comerciais estratégicas, pode ser classificado quanto a suas informações como de segunda mão – mas nem por isso menos importantes –, o mesmo não se pode dizer dos outros três escrito de sua autoria, datados de 1887 e 1888. Trata-se de um livreto que relata o itinerário de exploração do Amazonas à Bolívia⁴³ feito por Labre, de uma viagem de exploração entre os rios Madre de Deus e Acre⁴⁴ e de um relato sobre suas explorações ao Ituxi⁴⁵.

Assim, os dois últimos relatos são conferências proferidas na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro e publicados na Revista dessa instituição. O primeiro desses relatos resume parte de sua exploração ao Rio Madeira e à Bolívia, já publicados no ano anterior. Dessa forma, esses escritos podem ser tomados em seu conjunto para a análise, pois possuem uma mesma intenção, qual seja, promover o desenvolvimento econômico de suas colônia e possessões no Rio Purus.

Já na introdução de seu livreto, o “Itinerário da exploração do Amazonas à Bolívia”, Labre⁴⁶ confirma que sua intenção com a expedição era “procurar uma comunicação fácil e segura com a região boliviana do Beni”. Tal via de acesso, em sua visão, seria uma “comunicação terrestre” entre Lábria e o Beni. De tal sorte que o seu livreto é entendido como

O resultado de freqüentes excursões, algumas bastante penosas e arriscadas, obtido depois de grandes sacrifícios, e da longa exploração que acabo de fazer, é o que agora ofereço ao publico, apresentando o traçado de uma estrada entre os rios Acre e Madre de Deus (Purús e Beni), ou antes entre a mais importante zona cisandina do Amazonas e Bolivia, cujo resultado será incalculável, attenta a prodigiosa riqueza que se ostenta n’aquella immensa região, ao alcance da actividade humana, sem grandes riscos e dispendios.⁴⁷

Dessa forma, Labre afirma que teria saído de Santo Antônio no dia 6 de maio de 1887 em direção ao Rio Beni, Bolívia, “com o fim de levar ao cabo a exploração de uma passagem fácil, entre o Purús e o Beni, ou mesmo por affuentes d’estes rios com um

⁴³ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*.

⁴⁴ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*.

⁴⁵ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Exploração do Rio Ituxy*.

⁴⁶ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p. I.

⁴⁷ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p. II.



pequeno trecho por terra, de modo a evitar a perigosa passagem do rio Madeira”⁴⁸. Mais do que isso, Labre não retorna pelo mesmo trajeto de sua ida. Após chegar em Riberalta, na confluência dos rios Madre de Dios e Beni, parte em busca do Rio Acre e de lá retorna para o Purus e sua povoação. O próprio trajeto de sua viagem, portanto, já demonstra que ele estaria buscando alternativas econômicas para sua recém reconhecida vila.

Como já afirmei acima, Labre estava em 1888 no Rio de Janeiro para defender que o governo imperial deveria desistir da proposta de construção de uma estrada de ferro no Rio Madeira, para em vez disso, investir em seu projeto de fazer da povoação de Lábrea o eixo econômico de uma estrada de ferro que ligaria o Rio Beni, na Bolívia, ao Rio Purus; e daí ao Médio Rio Madeira⁴⁹.

Por aquela época, Labre já contabilizava mais de uma década e meia de experiência e conhecimento em relação aos povos indígenas do Purus e seus afluentes. Embora seu folheto e as duas conferências ainda tenham sido idealizados, não para descrever os povos indígenas da região, mas para alavancar seu projeto colonizador.

Dessa maneira, percebemos que os relatos sobre suas viagens são ricos em informações sobre os povos indígenas da região e sobre os índios com os quais entrou em contato direto e dos quais recebeu ajuda durante suas viagens exploratórias. É possível, por exemplo, entrever os interesses indígenas ao servirem de guia em troca de “ferramentas, roupas, missangas e outras teteias” ou quando os índios de uma maloca ameaçam de morte o cacique Cunuparo que estava servindo de guia “por haver conduzido gente branca inimiga!”⁵⁰. Assim, dessas referências, podem ser abstraídas consequências para interpretar possíveis interesses e capacidade de agência dos povos indígenas da região.

Tanto no folheto quanto no relato apresentado à Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro – o relato foi feito a partir de informações do folheto – os demais povos do Médio Purus não aparecem. A única informação é referente à origem do nome do Rio Acre, que seria procedente da língua apurinã, *Uakíry*. Também lembra que na língua dos Paumari o nome do Rio Purus seria *Wainy*⁵¹. Parece que o Coronel Labre defende aqui a ideia de que o nome compartilhado entre os diferentes povos do Purus proveria do povo Paumari,

⁴⁸ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas à Bolívia*, p. 1.

⁴⁹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*, p. 103.

⁵⁰ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*, p. 113.

⁵¹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*, p. 102



uma vez que os Apurinã dariam o nome de Wéni e os Manchineri, por sua vez, o chamariam *Weni*⁵².

No entanto, é mais provável que a palavra fosse de origem Apurinã ou pelo menos Aruak, já que os Manchineri também o nomeram da mesma forma. Nisso, eles só foram encontrados ao sul do território Apurinã, enquanto os Paumari estavam ao norte. Assim, os povos Arawá teriam recebido a palavra de empréstimo dos Apurinã. Ademais, a palavra atual dos Apurinã para o Rio Purus ainda continuavam sendo *Wene* e outros rios da região, nomeados a partir desse substantivo como os rios Seruini (*Siriwene*), Pauini (*Pawene*), Inauini (*Inawene*) e Água Preta (*Chiwene*, hoje esse igarapé é conhecido pelos Apurinã como *Yauruwa*). Além do mais, a palavra *wainy* também pode ser encontrada em apurinã, por exemplo: na formação do substantivo *wainamary* (sucuri), o que também indicaria uma relação com o rio, já que a sucuri é um animal que vive na água.

A segunda conferência de Labre, na qual descreve suas expedições ao Rio Ituxi, isso durante as décadas de 1870 e 1880, ao contrário da primeira, traz muito mais informações relevantes a respeito dos povos do Purus, em especial sobre os Apurinã, porque o Rio Ituxi corta todo o território tradicional apurinã⁵³.

Nesse sentido, Labre diz que o nome do rio viria dos *Cathauichi* (Catauixi). Alguns Apurinã o chamam atualmente de *Tuxini*. Na sua cabeceira, o rio recebe o nome de Iquiri (*Ikyry*), nome que provém da língua apurinã e guarda estreitas relações com o nome do Rio Acre (*Akyry*). Os principais afluentes da margem direita seriam os igarapés *Huakery*, *Curekethé* (Curueteté), *Capsuryquy*, *Panicyny* (Punicini) e *Pucyary*; já os da margem esquerda seriam o *Entimary* (Endimari), *Hyurenen*, *Manghutery* (Mangutiri) e *Anguytheory*.

Labre também computa que, em 1888, a população não-indígena do Ituxi seria em torno de 200 indivíduos, ao passo que os indígenas seriam perto de 8.000 mil, divididos em dez nações diferentes. No Rio Purus e seus afluentes, Labre acreditava ter em torno de 40 mil indígenas que falariam mais de 40 dialetos diferentes. No Ituxi, as nações mais numerosas seriam os *Cachahary* (Kaxarari), *Canamary* (Kanamari), *Guarayos*, *Ipurynan* (Apurinã). Outros povos como os *Pamary* (Paumari), *Pamanah*, *Cathauixy* (Catauixi) e *Xyumah* estariam, segundo Labre, fadados ao desaparecimento, pois eram em pouco número e sofriam com doenças e perseguições dos outros grupos.

⁵² CHANDLESS, Willian. *Ascent of the River Purús*, p. 118.

⁵³ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Exploração do Rio Ituxy*, p. 117.



Labre ainda afirma que nas cabeceiras do Rio Ituxi encontrou uma rede de estradas e caminhos servidas por taperas. Elas eram casas simples, nas quais os transeuntes pernoitavam. Conclui então que a região deveria ser muito povoada⁵⁴.

Sobre os Apurinã, o mais numeroso da região, o relato de Labre deixa entrever que ele fazia uso de sua mão de obra em uma relação de reciprocidade. Ele afirma que em sua última exploração ao Alto Ituxi, teria sido acompanhado por um cacique apurinã da maloca *Manghuthery* (*Mākuthery*). Seu nome era *Mapyothê* (*Mapyũty*) e, juntamente com sua esposa, filhos e outros familiares. Nisso, teria prestado “bons serviços na excursão”. Labre ainda diz:

De sua maloca, em 1879, me fôra confiada a educação de três meninos ipurynans. Dos quaes se acha presente um delles, o qual foi baptisado com o nome de Ulysses, conservando por sobrenome Mangah, seu nome primitivo de selvagem; sabe ler e escrever, é inteligente e de physionomia agradável, e apresento elle ao illustre auditorio como um tipo de sua nação e raça.⁵⁵

Como a fala de Labre deixa entrever, ele mantinha uma relação de compadrio com as famílias apurinã dessa aldeia. Semelhante aos missionários anglicanos e aos outros exploradores da região, ele também entrou no eixo de adoção e “comércio dos inocentes”. No entanto, a fala vai mais além, pois Labre faz questão de apresentar ao grande público um desses jovens que estaria presente com ele perante a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro. Em outras palavras, o Renomeado Ulysses, o jovem que conservava seu nome apurinã, Mangah (*Māka*).

Convém esclarecer que o nome lembra outro menino proveniente do Tumiã e adotado pelos missionários anglicanos em 1881, Mainga (*Maĩka* ou *Maỹka*). Talvez poderia ser o mesmo menino adotado pelos missionários e que, após o fechamento da missão em 1883, teria permanecido trabalhando sob as ordens de Labre. Nesse caso, a data de 1879, dada por Labre, seria relacionada aos outros dois rapazes que também estariam sob sua tutela. A suspeita aumenta quando o próprio Labre diz que *Māka* sabia ler e escrever. Ora, muito provavelmente o único lugar no qual um apurinã poderia ter sido educado nas artes das letras, naquele período, seria indubitavelmente na escola da missão protestante. Além do mais, Labre não diz como nem onde o rapaz teria aprendido

⁵⁴ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Exploração do Rio Ituxy*, p. 118s, 120.

⁵⁵ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Exploração do Rio Ituxy*, p. 120.



a ler e a escrever e também não faz menção aos outros dois apurinã que estariam sob sua tutela. Provavelmente, eles não possuíam as mesmas habilidades intelectuais.

Mesmo que não se trate do mesmo rapaz, o nome Mãka é ainda revelador das próprias intenções indígenas no processo de doação de crianças. *Mãka* é um adjetivo apurinã para designar algo que não presta, que está estragado ou que não é bom. O nome estaria indicando assim o ponto de vista dos Apurinã, ou seja, o menino poderia ser alguém sem uma rede familiar adequada ou que sobre ele pesasse algum tabu; lembrando que, para os Apurinã, o casamento correto é entre os dois troncos *Xuapurinyry* e *Miutymãnety*. Assim, esse fosse o caso, como fruto de uma relação tida como incestuosa, o menino poderia ser rejeitado socialmente.

Ao concluir sua palestra, retoma mais uma vez ao seu projeto, implorando “ao Governo Imperial providências em favor da catechese dos selvagens, que extraviados pela vida nômade e errante que levavam, não poderiam aproveitar a sociedade e menos a humanidade”⁵⁶. Assim, Labre buscava garantir apoio tanto da Igreja quanto do Estado para viabilizar economicamente seu projeto colonialista. O apoio do Estado viria a partir do financiamento de uma estrada de ferro e garantiria o futuro econômico da povoação de Lábrea. Por sua vez, a presença da Igreja estruturaria e consolidaria seu empreendimento.

Portanto, como vimos, o empenho de Labre com o folheto e com as conferências era convencer a sociedade política, econômica e científica do Rio de Janeiro a investir em sua ideia de abrir uma estrada entre Lábrea e o Beni na Bolívia. Seu grande obstáculo é a proposta de construção de uma ferrovia no Madeira. Depois de receber promessas quanto ao seu projeto e de enfrentar resistências de políticos provinciais ao longo da década de 1880, Labre⁵⁷ (LABRE, 1887, p. 32s) decide, então, fazer sua expedição e apresentar sua proposta perante a sociedade do Rio de Janeiro. “Pelos desgostos que passei, despresei os meios ofciaes, em que fora sempre contrariado e mal succedido, e voltei a fazer, como no principio, novas tentativas de exploração, que deram em resultado a minha passagem do Madre de Deus ao Acre (...)”⁵⁸.

Desse modo, nas conclusões de seu folheto, Labre ainda afirma contrastivamente: “não sendo o meu fim combater o projecto da estrada de ferro da Madeira e Mamoré, duas vezes frustrada desastradamente, todavia, de passagem direi algumas palavras sobre

⁵⁶ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Exploração do Rio Ituxy*, p. 120.

⁵⁷ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p. 32s.

⁵⁸ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p. 33.



esta mallograda empreza”⁵⁹. Após expor algumas justificativas para as quais o governo não deveria investir na EFMM, arremata: “Actualmente está demonstrado que pelo lado esquerdo do Madeira não existem impecilhos naturaes, que se possam oppôr á construcção fácil de uma via-ferrea para a Bolivia”⁶⁰.

Perante a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, repete o discurso:

Não sou absolutamente contrario á sua execução; sou, porém, de opinião que se faça esta via de communicação menos dispendiosa de capitães e vidas, economisando-se o tempo, que também é dinheiro. Eu tenho estudado praticamente um traçado, que melhor presta-se a esta communicação, e vem a ser entre a zona que se estende á margem direita do Madeira, entre Purús, Béni e Ituxy, aproveitando o planalto, que separa as águas do Madeira das do Purús e Ituxy, por melhor se prestar a uma viação barata, tendo três quartas partes em campos abertos com pastagens próprias para a industria pastoril, e trazendo grande economia ao serviço de custeio.⁶¹

Todo o tempo e o esforço financeiro gastos com as expedições e o esforço político empreendido no Rio de Janeiro foram recompensados. Em 21 de agosto de 1888, através do decreto Nº 10.027-B, o Coronel Labre conseguiu autorização do Império do Brasil, assinado pela Princesa Imperial Regente (Princesa Isabel), para a construção e exploração de uma estrada que ligasse a localidade fundada por ele no Purus ao Beni na Bolívia, atualmente Riberalta, na confluência dos rios Beni e Madre de Dios, na Bolívia. Reza o decreto imperial:

A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, Attendendo ao que requereu o coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre, Ha por bem Conceder-lhe autorisação para, por si ou por meio de empreza que organizar, construir, usar e gozar uma estrada entre a villa de Labrea, á margem direita do rio Purús, na Provincia do Amazonas, e o limite do territorio do Brazil com o da Bolivia, nas proximidades da localidade denominada “Correnteza”, á margem do rio Beni (...). (BRASIL, 1888)

A autorização para a construção e exploração dessa estrada, que compreendia também futuros ramais “que a ponham em communicação com o porto de Santo Antonio do rio Madeira”, demonstra o interesse do Governo Imperial Brasileiro na consolidação da posse sobre a região bem anterior às disputas da última metade do século, algo que

⁵⁹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p.35.

⁶⁰ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia*, p.36.

⁶¹ LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre*, p. 103.



levariam ao acordo do Tratado de Petrópolis, em 1903, entre Brasil e Bolívia; pondo fim às disputas pela última fronteira. Mais ainda, também demonstra que a governo imperial buscava uma alternativa mais econômica para a superação do trecho encachoeirado do Rio Madeira que impedia a navegação. Dessa maneira, a concessão ao Coronel Labre previa, nesse sentido, o assentamento de “trilhos para o estabelecimento de tramuays”. A tração ainda deveria ser feita por força animal, pois o emprego de “motor mecanico” ainda ficaria para autorizações futuras⁶².

Todos os objetivos de Labre pareciam estar se realizando e o Purus, através do recebimento de cada vez mais imigrantes que se assentavam em seus seringais naturais, estava se convertendo num grande polo econômico da região amazônica. Infelizmente, o projeto do Coronel da construção de uma ferrovia que ligasse o povoado de Lábria ao Beni nunca foi realizada, provavelmente por causa da proclamação da República, em 1889, que teria inviabilizado suas negociações políticas. Labre faleceu em 1899, provavelmente ainda defendendo seu projeto de ferrovia, o trajeto margeado do Rio Madeira, ou seja, não demonstrou viabilidade, uma vez que o eixo econômico do Purus se deslocou para o Rio Acre, afluente a montante do Purus que podia ser acessado via navegação na maior parte do ano.

Conclusão

Este artigo discutiu o projeto colonizador de Antonio Rodrigues Pereira Labre para o Complexo do Madeira e para a última fronteira brasileira entre Brasil e Bolívia, a partir de quatro relatos de sua autoria, e de outras fontes de exploradores, como colonizadores, etnógrafos e missionários.

Assim, ao fazermos a crítica às anotações de Labre, diferenciamos seus escritos das demais fontes contemporâneas, pois seus registros estão permeados pelo projeto pessoal de colonização, isto é, a fundação da cidade de Lábrea. Dessa forma, no primeiro documento de sua autoria, “relato de notícias sobre o Purus” (1872), constatamos que suas descrições, especialmente etnográficas, são de segunda mão. Desse modo, o objetivo principal de Labre é atrair imigrantes para a região, com suporte da Igreja e do Estado.

⁶² BRASIL. Decreto Nº 10.027-B, de 21 de agosto de 1888. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, v. 2, p. 251, 1888. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10027-b-21-agosto-1888-542798-publicacaooriginal-52305-pe.html>.



Já em relação aos registros de suas viagens exploratórias aos rios Madre de Deus, Acre e Ituxi, a descrição etnográfica é muito mais detalhada, pois Labre já contabilizava mais de uma década e meia de experiência e conhecimento em relação aos povos indígenas do Purus e seus afluentes. No entanto, as intenções políticas e econômicas de Lábrea ainda continuam sendo o objetivo principal de seus escritos.

Dessa forma, tanto o “Itinerário da exploração do Amazonas a Bolívia”, quanto os relatos da “Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre” e da “Exploração do Rio Ituxy” foram pensados para convencer a sociedade política, econômica e científica do Rio de Janeiro, isto é, para investir em seu empreendimento de construção de uma ferrovia que ligasse seu empreendimento no Médio Rio Purus aos rios Beni, Madre de Dios e Alto Madeira em detrimento da proposta de margear o Rio Madeira.

Logo, em agosto daquele ano, os esforços de Lavre no Rio de Janeiro foram recompensados, o Coronel Labre conseguiu autorização do Império do Brasil, assinado pela Princesa Imperial Regente (Princesa Isabel), para a construção e exploração de uma estrada que ligou a localidade fundada por ele no Purus ao Beni na Bolívia, atualmente Riberalta, na confluência dos rios Beni e Madre de Dios, na Bolívia.

A autorização para a construção e exploração de uma estrada ligando sua povoação ao Rio Beni, e ao Alto Rio Madeira, demonstra o interesse do Governo Imperial Brasileiro na consolidação da posse sobre a região bem anterior às disputas da última metade do século que levariam ao acordo do Tratado de Petrópolis, em 1903, entre Brasil e Bolívia. Além disso, também demonstra que o governo imperial buscava uma alternativa economicamente viável para a superação do trecho encachoeirado do Rio Madeira que impedia a navegação.

Infelizmente, o projeto do Coronel para a construção de uma ferrovia que ligasse o povoado de Lábria ao Beni nunca foi realizado, provavelmente por causa da proclamação da República, em 1889, que teria inviabilizado suas negociações políticas.

Labre faleceu em 1899, provavelmente ainda defendendo seu projeto de ferrovia o trajeto margeado do Rio Madeira, ou seja, não demonstrou viabilidade, uma vez que o eixo econômico do Purus se deslocou para o Rio Acre, afluente a montante do Purus que podia ser acessado via navegação na maior parte do ano.

Data de submissão: 28/08/2020

Data de aceite: 03/11/2020



Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto N° 10.027-B, de 21 de agosto de 1888. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, v. 2, p. 251, 1888. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10027-b-21-agosto-1888-542798-publicacaooriginal-52305-pe.html>>.

BRASIL E BOLÍVIA. **Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903**. Petrópolis: [s.n.]. 1903.

CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. Acreania. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 3-83, 1958.

CHANDLESS, Willian. Ascent of the River Purús. **Journal of the Royal Geographical Society of London**, v. 36, p. 86-118, 1866a.

CHANDLESS, Willian. Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the River Purús. **Journal of the Royal Geographical Society of London**, v. 36, p. 119-128, 1866b.

CLOUGH, Robert Stewart. **The Amazons: Diary of a twelvemonth's journey on a mission of inquiry up the River Amazon for the South American Missionary Society**. London: SAMS, 1873.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: Subsídios para a história do Território do Acre**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

COUTINHO, João Martins da Silva. Account of Manuel Urbanos ascent of the Mucuím and Ituxy, tributaries of the Purús. In: CHANDLESS, Willian. Notes on the River Aquiry, the principal. **Journal of the Royal Geographical Society of London**, v. 36, p. 126-128, 1866 [1865].

COUTINHO, João Martins da Silva. Relação dos lagos, rios, barreiras, casas e rochedos, que se encontram no Purus, da foz às barreiras de Jutanaham, segundo a ordem de subida. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. **O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre**. Brasília: [s.n.], 2009a [1863]. p. 203-243.

COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório a Manuel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da Província do Amazonas, informando sobre a viagem de exploração do Rio Purus, desde sua foz até as barreiras de Hiutanahã. Manaus, 8 de abril de 1862. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. **O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre**. Brasília: [s.n.], 2009b [1862]. p. 179-200.

COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório a Manuel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da Província do Amazonas, informando sobre o Rio Purus. Manaus, 08 de abril de 1862 (Ofício). In: BRASIL-FEDERAL-SENANDO. **O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre**. Brasília: [s.n.], 2009c [1862]. p. 247-249.

COUTINHO, João Martins da Silva. Considerações gerais sobre os rios que descem da cordilheira dos Andes nas proximidades de Cuzco, cachoeiras do Purus e Juruá. 1º de março de 1863. In: BRASIL-SENADO-FEDERAL. **O tratado Brasil-Peru: Documentos para a História do Acre**. Brasília: [s.n.], 2009d [1863]. p. 253-299.



EHRENREICH, Paul. **Beiträge zur völkerkunde Brasiliens**. Berlin: Verlag von W. Spemann, 1891a.

EHRENREICH, Paul. Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stand unsrer Kenntnisse. **Petermanns Mitteilungen**, v. 37, p. 81-89, 114-124, 1891b.

EHRENREICH, Paul. **Ethnographische Karte von Brasilien**. Gotha: Justus Perthes, 1891c. Disponivel em:
<<https://www.lib.uchicago.edu/e/collections/maps/ethnographic/>>.

EHRENREICH, Paul. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. (Traduzido do original alemão por João Capistrano de Abreu). **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1º Boletim, p. 3-55, 1892.

EHRENREICH, Paul. Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: Vokabulare von Purus Stämmen. **Zeitschrift für Ethnologie**, Berlin, p. 59-71, 1897.

EHRENREICH, Paul. A ethnographia da America do Sul ao começar o século XX. **Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo**, São Paulo, v. XI, p. 280-305, 1906.

EHRENREICH, Paul. Viagem nos rios Amazonas e Purús. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. XVI, p. 277-312, 1929.

EHRENREICH, Paul. Contribuições para a etnologia do Brasil, parte 2: sobre alguns povos do Purus. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 17-13, 1948 [1891a].

GONÇALVES, Marco Antonio (Ed.). **Acre: História e etnologia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

HEMMING, John. **Fronteiras Amazônicas: a derrota dos índios brasileiros**. São Paulo: USP, 2009 [1978].

KROEMER, Gunter. **Cuxiuara, o Purus dos indígenas: Ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do Médio Purus**. São Paulo: Loyola, 1985.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. **Rio Purus: Notícias**. Maranhão: Tipografia do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. **Itinerário de exploração do Amazonas á Bolivia**. Belém: Typ. d' "A Provincia do Pará", 1887.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Viagem exploradora do Rio Madre de Deus ao Acre. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2º Boletim, p. 102-116, 1888a.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Exploração do Rio Ituxy. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2º Boletim, p. 117-120, 1888b.



LINK, Rogério Sávio. **Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado.** Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

LINK, Rogério Sávio. Os Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 19, n. 33, p. 11-42, Jul. - Dez 2017.

LISBOA, Pedro. L. B. **Rondônia: colonização e floresta.** Brasília: CNPq/AED, 1989.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Amazonas na época imperial.** Manaus: T. Loureiro, 1989.

MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 325, p. 143-180, Out.-Dez 1979 [1845].

MATTOS, João Wilkins de. Alguns esclarecimentos sobre as missões da província do Amazonas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. XIX, n. 21, p. 124-131, 1856 [1855].

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII.** Petrópolis: Vozes, 1989.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, Jan./Abr. 2012.

ROCHA, Hélio. **Coronel Labre.** São Carlos: Editora Scienza, 2018.

SALGADO, Serafim da Silva. **Relatório sobre a exploração do Rio Purus.** Fala dirigida a assembléia legislativa da província do Amazonas, no dia 1º de outubro de 1853 pelo presidente da província, o conselheiro Herculano Ferreira Pena. Barra do Rio Negro: Tipografia de M. 1853.

SCHIEL, Juliana. **Entre patrões e civilizadores: Os Apurinã e a política indigenista no Médio Rio Purus na primeira metade do século XX.** Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1999.

STEERE, Joseph Beal. Narrative of a visit to Indian tribes of the Purus River, Brazil. **Report of the United States National Museum for 1901**, Washington, p. 359-393, 1903.

STEERE, Joseph Beal. Tribos do Purus. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 11, n. 1 e 2, p. 64-78, 212-222, 1949 [1903].

URBANO DA ENCARNAÇÃO, Manoel. Carta sobre costumes e crenças dos índios do Purús, dirigida a D. S. Ferreira Penna. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**, Belém do Pará, v. 3, n. 1, p. 94-97, 1902.

WALLIS, Gustav. **Die Paumarys.** Stuttgart: Das Ausland, v. 59, 1886.

